

O tema do STF de número 223 trata sobre a Competência do Poder Legislativo municipal para estabelecer vantagens benefícios e adicionais em favor de servidores municipais

O tema do STF de número 223 afirma que É inconstitucional por afrontar a iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo a normatização de direitos dos servidores públicos em lei orgânica do Município